



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 999/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1667/2014 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sra. Iranildes Gonzaga Caldas, Secretária Estadual no período de 01/01/2013 a 05/05/2013 e a Sra. Maria Francinete Correia de Lima, Secretária Estadual no período de 06/05/2013 até 31/12/2013.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº. 22/2015 (fls. 917/929).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1707/2015-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 930/940).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB. Exercício de 2013.

Contas irregulares. Multas. Prazos. Inscrição na dívida ativa. Recomendações origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 - julgar irregulares as Contas da Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB, relativa ao exercício de 2013, sob a responsabilidade da Sra. **Iranildes Gonzaga Caldas**, Secretária Estadual do Trabalho, no período de 01/01/2013 a 05/05/2013, e da **Sra. Maria Francinete Correia de Lima**, Secretária Estadual do Trabalho de 06/05/2013 até 31/12/2013, nos termos do art. 22, III, "b" e "c" c/c o art. 25, ambos da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.2- Considerar revel a Sra. **Iranildes Gonzaga Caldas**, Secretária Estadual do Trabalho e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento à Notificação nº 118/2015/DICAD/AM;

9.3- Multar a Sra. **Iranildes Gonzaga Caldas**, Secretária e Ordenadora de Despesas, período de 01/01/2013 a 05/05/2013, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 999/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 1.1, 2.1, 2.2 e 2.3 do Relatório/Voto.

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a **Sra. Iranildes Gonzaga Caldas**, recolha os valores das multas que lhe foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.5- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

9.6- Multar a **Sra. Maria Francinete Correia de Lima**, Secretária e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 3, 4, 5, 6 e 9 do relatório/voto.

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a **Sra. Maria Francinete Correia de Lima**, recolha os valores das multas que lhe foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.8- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

9.9- Recomendar à Origem, SETRAB que:

9.9.1- realize com mais rigor a alimentação dos dados no sistema e-Contas, lançando os informes dos Editais de Licitações em PDF e os Termos de Contratos e congêneres em PDF.

9.9.2- elabore o Inventário de Bens Patrimoniais de acordo com as exigências da legislação, constando no mesmo seus devidos tombamentos, observando o disposto no art. 94, da Lei Federal nº 4.320/64.

9.9.3- observe a vantajosidade de prorrogações de contrato para a Administração, sempre observando as disposições da Lei nº 8.666/93.

9.10- Recomendar ao Controlador-Geral do Estado, Sr. Leopoldo Peres, que envie total esforço para o cumprimento dos objetivos institucionais descritos no inciso VIII, do art. 4º, da Lei Delegada nº 71 de 18/5/2007, que dispõe sobre a finalidade, competência e estrutura organizacional na qual a Controladoria Geral do Estado se insere.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 999/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 993C47AF-81B5CF6A-66E1EC7D-C75A086D